

Senado aprova mais recursos para saúde e benefícios a aposentados

Regulamentação da Emenda 29 garante mais R\$ 23 bilhões ao orçamento da saúde até 2011; também foram acolhidas, dentre outras, propostas que vinculam reajuste dos benefícios dos aposentados ao salário mínimo e acabam com o fator previdenciário



Em sessão presidida por Garibaldi (foto menor), Plenário debateu e votou até as 22h20 inúmeras propostas como resultado de acordo entre governo e oposição

O Plenário acolheu ontem projetos que beneficiam trabalhadores, aposentados e pensionistas. É o caso de emenda de Paulo Paim que estende aos aposentados do INSS os mesmos reajustes concedidos ao salário mínimo, e do projeto, também de Paim, que extingue o chamado fator previdenciário – sistemática pela qual o cálculo do benefício é reduzido numa equação que leva em conta a idade e o tempo de contribuição do segurado, entre outras variáveis. A área da saúde foi beneficiada com projeto de Tião Viana regulamentando a Emenda 29, que define percentuais mínimos de aplicação de recursos. Outras matérias votadas prorrogam o prazo para os municípios aprovarem seus planos diretores e reduzem o fuso horário vigente no estado do Acre e em parte do Amazonas. **Páginas 3 e 4**

Comissão muda regras para suplente de senador

Proposta, que segue da CCJ para o Plenário do Senado, elimina a segunda suplência e proíbe parentesco entre candidato e suplente. **Página 5**

Criador do biodiesel propõe diversificação

Especialista quer mais dendê e menos soja. **Página 7**

CPI quebra sigilo de 3.261 suspeitos de pedofilia no Orkut

A CPI da Pedofilia quebrou ontem o sigilo de 3.261 álbuns do *site* de relacionamento Orkut suspeitos de conter material pornográfico infanto-juvenil.

A página é mantida pelo Google do Brasil, que, após ser acusado de impedir acesso aos dados, acenou com postura de colaboração. **Página 6**



Tuma, Magno Malta (C) e Demostenes entre Felix Ximenes (E) e Alexandre Hohagen, do Google, mantenedor do Orkut

Ex-ministra nega má-fé ao usar cartão e diz ter reparado o erro

Matilde Ribeiro depôs à CPI Mista dos Cartões Corporativos, assim como Paulo Lacerda, da Abin. CPI do Senado começa a tomar corpo. **Página 6**

Trabalho a distância protegido pela CLT

As regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderão regular também o “teletrabalho”, nome dado ao serviço executado a distância. Medida foi acatada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia. **Página 5**

Para senador, não é ouvindo a ministra Dilma Rousseff que se vai chegar a conclusão definitiva sobre cartões

Garibaldi recomenda avanço nas apurações antes de convocação

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou na manhã de ontem que mais importante que convocar imediatamente a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para explicar o dossiê com gastos do governo Fernando Henrique, é fazer avançar a investigação de irregularidades acaso praticadas com cartões corporativos.

– Eu acho que não se deve pensar em trazer uma autoridade como ela, assim, não se deve pensar em trazer de antemão. Deve-se deixar avançarem as investigações para saber se o depoimento dela vai ser tão necessário. Porque, às vezes, se coloca o carro na frente dos bois. Tem que se caminhar na investigação, até para saber perguntar – defendeu.

Informado pelos jornalistas de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votaria ontem requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), de convocação da ministra, Garibaldi argumentou que antes são necessárias outras providências.

– É por isso que eu digo: essa ansiedade de ouvir a ministra não é algo bom. Não é ouvindo a ministra que se vai chegar a uma conclusão definitiva. Afinal de contas, a CPI não se resume a ouvir a ministra. Eu sou mais pela investigação menos açodada, a investigação mais tranqüila, balizada em documentos, em fatos. Já fui de CPI e sei que esse é o caminho de uma CPI que quer apurar – assinalou.

O senador Garibaldi Alves recebeu ontem, no gabinete da Presidência da Casa, visita de cortesia do embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame



Jane Araújo

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia ABI e *Estado de Minas*

Às 10h, o Plenário realiza sessão especial para comemorar o centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Às 14h, ocorre a sessão deliberativa, que está trancada por MPs. A hora do expediente será destinada a homenagear o jornal *Estado de Minas* pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.



Na pauta da CDH, os direitos dos povos indígenas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discute a partir da 9h, em audiência pública, a implementação da declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. Foram convidados para a

reunião a diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Ana Lucy Gentil Cabral Petersen; o presidente da Funai, Márcio Augusto Freitas de Meira; o representante do Fórum em Defesa

dos Direitos Indígenas, Gecinaldo Saterê-Mawê; a procuradora federal do Direito dos Cidadãos, Ela Wiecko; o representante do Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal, Marcos Terena; e a socióloga Azelene Kaingang.



CRE vota indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota, às 10h, indicações de diplomatas para exercerem o cargo de embaixadores do Brasil. Para as embaixadas de Paquistão, Afeganistão e Tadjikistão o indicado é Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa; para Egito, Eritreia e Somália, Cesário Melantônio Neto; e, para a República da Guiné, está indicado José Fiúza Neto.

o indicado é Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa; para Egito, Eritreia e Somália, Cesário Melantônio Neto; e, para a República da Guiné, está indicado José Fiúza Neto.

Legislação aduaneira em debate na CI

Às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública destinada a debater projeto de lei que altera a legislação aduaneira, incluindo, entre outros dispositivos, normas para a importação e para a exportação de mercadorias (PLS

327/06). A secretária-adjunta da Receita Federal do Brasil, Clecy Lionço, e o diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados, José Roberto Campos, estão entre os convidados para a reunião.



Subcomissão discute nota fiscal eletrônica

A Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), realiza, às 10h, audiência pública sobre a nota fiscal eletrônica. Foram convidados para o debate o coordenador-geral de

Fiscalização da Receita Federal, Marcelo Fisch de Berredo Meneses; o secretário adjunto de Fazenda de São Paulo, George Tormin; e o economista Albérico Mascarenhas, ex-secretário da Fazenda da Bahia.

Mudanças climáticas

Às 10h30, ocorre reunião administrativa da comissão mista especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas.

CPI dos Cartões Corporativos

A CPI dos Cartões Corporativos ouve, às 9h30, o ministro da Secretaria de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin; o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência Alberto Cardoso; e o diretor do Banco do Brasil Cartões, Alexandre Correa Abreu.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Osmar Dias, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro e Tião Viana

Pará, Acre e parte do Amazonas terão uma hora a menos

Substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que reduz em uma hora o fuso vigente no estado do Acre e em parte do do Amazonas foi aprovado ontem pelo Senado. Essas áreas passarão a obedecer agora ao fuso “Greenwich menos quatro horas”, em substituição ao “menos cinco horas”. A proposição também atinge o estado do Pará, que passará a ser enquadrado no limite “Greenwich menos três horas” – ou seja, o mesmo horário de Brasília, em substituição ao limite de “menos quatro horas”.

Em defesa da proposta de Renan, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) lembrou que, assim como o horário de verão causa desconforto principalmente aos trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, as diferenças de fuso horário nos estados amazônicos eram ainda mais radicais, tornando difícil a rotina, que poderá mudar para melhor depois da lei aprovada, conforme salientou. A matéria agora vai à sanção do presidente da República.



O Senado realizou na manhã de ontem sessão especial em comemoração ao Dia Mundial da Saúde e aos 60 anos de fundação da Organização Mundial da Saúde (OMS), celebrados em 7 de abril.

Na ocasião, senadores e representantes da área cobraram a votação do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29 (veja matéria abaixo). O

presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (*ao centro*), prometeu pôr a proposta em votação, o que cumpriu horas mais tarde na sessão deliberativa.

– Esta Casa não tem faltado com o seu dever de promoção da saúde. Mas a melhor forma de demonstrar essa preocupação é a aprovação do projeto – observou Garibaldi.

Pedida pelo senador Eduardo

Azeredo (PSDB-MG), a sessão lembrou que este ano a OMS comemora a data com o tema “Protegendo a saúde frente às mudanças climáticas”.

Compareceram o ministro da Saúde, José Gomes Temporão; o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Eduardo Santana; e o presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Eduardo de Oliveira, entre outros.

Proposta estabelece que, até 2011, municípios, estados e União terão que aplicar, respectivamente, 10%, 12% e 15% de suas receitas correntes brutas na saúde pública

Plenário aprova aplicação de percentuais mínimos em saúde

O Plenário aprovou, por unanimidade, projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29 fixando os percentuais mínimos a serem investidos em saúde pela União, Distrito Federal, estados e municípios. O texto disciplina a aplicação e a fiscalização dos recursos públicos no setor. A matéria vai à Câmara.

Pelo projeto, a União deverá aplicar, anualmente, o mínimo de 10% de suas receitas correntes brutas na saúde. Ao setor, poderão ainda ser destinados outros 12% dos recursos dos estados e do Distrito Federal e 15% dos municípios. Os entes federados terão até 2011 para se adequarem aos percentuais. A União aplicará 8,5% de suas receitas em 2008; 9%, em 2009; 9,5%, em 2010; e, finalmente, 10%, em 2011.

Para os efeitos da proposta, são consideradas receitas correntes brutas todas as receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

A matéria foi acolhida com as

emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que teve o senador Augusto Botelho (PT-RR) como relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) foi o relator da proposição.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) calcula que até 2011 a saúde terá um reforço de R\$ 23 bilhões com a aprovação do texto, sendo R\$ 5,5 bilhões já em 2008.

– O projeto aponta saídas para a saúde, com recursos que não têm nada a ver com o aumento da carga tributária – ressaltou o líder do PSDB no Senado.

De acordo com a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), a aprovação do projeto confirma que a oposição estava certa ao rejeitar a proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), em dezembro de 2007.

– Vemos hoje que a CPMF não

era necessária. Agora em janeiro já arrecadamos R\$ 12,7 bilhões a mais do que o esperado. Em fevereiro, foram R\$ 6,5 bilhões. E ainda temos dez meses pela frente – afirmou.

Antônio Carlos Valadares avaliou que a aprovação do projeto representa um alento ao setor, que passará a dispor de recursos para a melhoria de hospitais

Cálculo de Arthur Virgílio aponta que projeto pode significar mais R\$ 23 bi para a saúde até 2011; R\$ 5,5 bi já em 2008

e postos de saúde, beneficiando a população mais pobre.

O aumento progressivo dos percentuais a serem aplicados em saúde também foi defendido por Augusto

Botelho.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), destacou a importância do projeto e conclamou os deputados a manterem o texto acolhido no Senado.

Já Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, disse esperar pela criação de um mecanismo de financiamento para a saúde que não vincule receitas do Orçamento da União.

Senado aprova projeto que dá celeridade ao STJ

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto do Executivo (PLC 117/07) que estabelece o procedimento para julgamento de recursos repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A matéria vai à sanção.

A proposta prevê que o tribunal, em caso de multiplicidade de recursos fundados na mesma matéria, poderá julgar apenas alguns, sobrestando todos os outros. Caso os recursos selecionados não sejam admitidos, os demais tampouco serão.

Além disso, caso a decisão seja de mérito, os tribunais de origem poderão retratar-se ou considerar prejudicados os recursos. Mantida a decisão contrária ao entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal, o recurso seguirá para aquela corte, que poderá cassar a decisão anterior.

O objetivo do projeto, sugestão do ex-ministro do STJ Athos Gusmão Carneiro, é amenizar o excesso de demanda no tribunal. Em 2006, mais de 251 mil processos chegaram ao STJ, muitos deles repetitivos.

Regulamentado o regime de segurança máxima para presos

O Senado aprovou o projeto do Executivo que regulamenta a transferência e a inclusão de presos em estabelecimentos federais de segurança máxima. A matéria vai à sanção.

Pelo projeto (PLC 9/08), podem requerer a transferência o próprio preso, o juiz ou a autoridade administrativa do presídio. Sobre a transferência, deverão ser ouvidos o Ministério Público, a defesa do preso, a autoridade administrativa e o Departamento Penitenciário Nacional, ao qual caberá escolher o estabelecimento mais adequado para receber o preso.

Se houver necessidade, o juiz poderá determinar a transferência imediata do preso e decidir, mais tarde, pela manutenção ou não dessa medida. Ao final do processo, se o pedido de transferência for acatado, deverá ser definido o prazo de permanência do preso na instituição de segurança máxima – que não poderá ser superior a 360 dias, renováveis, excepcionalmente, por igual período.

A lei determina também que, encerrado o prazo, ele deverá ser recebido pelo estabelecimento original.

Plano Diretor das cidades tem prazo até 30 de junho

Os senadores também acolheram na sessão de ontem substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado (PLS 93/06) que prorroga até 30 de junho de 2008 o prazo para os municípios aprovarem seus planos diretores. A proposição altera a Lei 10.257/01 – que ficou conhecida como Estatuto da Cidade. A matéria vai à sanção do presidente da República.

Foi rejeitado ainda o parágrafo da proposta que obrigava os poderes executivos locais a encaminharem o projeto de Plano Diretor para discussão nas suas respectivas câmaras municipais até 28 de fevereiro de 2008. O projeto é de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Alterada data de pagamento da Previdência

O Plenário aprovou o Projeto de Lei de Conversão 6/08, originário da Medida Provisória 404/07, que determina que os benefícios da Previdência Social superiores a um salário mínimo sejam pagos entre o primeiro e o quinto dia útil do mês.

Já os benefícios de um salário mínimo serão pagos entre o quinto dia útil que anteceder o fim do mês e o quinto dia útil do mês subsequente.

Franquia postal poderá ampliar suas atividades

O Projeto de Lei de Conversão 5/08, oriundo da MP 403/07, que regulamenta a atividade de franquia postal concedida pelos Correios, foi aprovada pelo Plenário.

Agora as empresas franqueadas poderão, com autorização dos Correios, desenvolver atividades preliminares ou acessórias ao serviço de postagem. O projeto também prorroga para 24 meses os contratos de franquia dos Correios em vencimento.

Aprovada MP com crédito de R\$ 1,6 bilhão

O Senado acatou a medida provisória (402/07) que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 1,6 bilhão para os ministérios de Minas e Energia, da Saúde, dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades.

Do total, a maior parte, R\$ 1,1 bilhão, vai para o Ministério dos Transportes e, de lá, para a recuperação de trechos de rodovias federais e para a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Conforme o texto aprovado ontem pelo Plenário, os aumentos serão calculados tendo por base a inflação e o crescimento da economia

Senado estende aos aposentados o mesmo reajuste do salário mínimo

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, projeto (PLC 42/07) que garante reajustes anuais do salário mínimo até 2011, conforme a inflação passada acrescida do percentual de crescimento real da economia de dois anos antes. Foi acolhida emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) que estende aos aposentados do INSS os mesmos reajustes. Assim, em 1º de fevereiro de 2009 o salário e as aposentadorias receberão, além da inflação de 2008, aumento de 5,4%, percentual do crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2007.

O projeto voltará à Câmara por causa da emenda. Caso a proposta seja aprovada pelos deputados e receba sanção do presidente da República, o governo terá de conceder, retroativamente a 1º de março, aumento real aos aposentados do INSS – eles receberão apenas a reposição referente à inflação.

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o Congresso não podia estender aos aposentados o mesmo aumento real do mínimo, pois não indicou fonte permanente do novo gasto. E ressaltou que, se a emenda for sancionada, haverá novo desequilíbrio nas contas da Previdência.

O projeto foi apresentado no ano passado pelo governo, após negociações com as centrais sindicais e parlamentares da base governista. Com a fixação em lei do cálculo



Acolhida em votação simbólica pelos senadores, proposta será devolvida à Câmara

do mínimo até 2011, o governo quer dar previsibilidade às empresas e aos trabalhadores, depois de um período em que o salário teve aumentos reais negociados com o Congresso. A partir de agora, os reajustes estarão sempre ligados ao crescimento da economia.

Os aumentos serão baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O projeto determina ainda que a cada ano o governo retroceda em um mês a vigência do novo mínimo – o aumento de 2008, por exemplo, ocorreu em 1º de março. Em 2009, o reajuste será em 1º de fevereiro, e, a partir de 2010, sempre em 1º de janeiro.

A proposta estabelece que até o final de março de 2011 o governo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei fixando a política de valorização do mínimo de 2012 a 2013. O projeto determina ainda que o governo constitua um grupo de trabalho para definir e acompanhar a política para o salário mínimo.

A matéria recebeu pareceres favoráveis dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Osmar Dias (PDT-PR), relatores, respectivamente, nas comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.

Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, também fez restrições à extensão do aumento aos aposentados.

Flexa Ribeiro elogia acordo entre governo e oposição

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou o entendimento entre governo e oposição que permitiu a votação de projetos importantes. Ele se referia ao projeto de lei (PLS Complementar 121/07), de Tião Viana (PT-AC), que regulamenta a Emenda 29, destinando recursos à saúde, à proposta (PLC 42/07) que estende aos aposentados o mesmo reajuste do salário mínimo e ao projeto (PLS 296/02) que extingue o fator previdenciário.

Flexa Ribeiro cumprimentou Tião Viana e Paulo Paim (PT-RS) e fez menção especial ao colega de partido Mário Couto (PA), que, por defender os projetos que beneficiam os aposentados, se preparava para ficar em vigília no Plenário até que fossem votados. O parlamentar também ressaltou a aprovação de substitutivo da Câmara a projeto de sua autoria (PLS 93/06) que prorroga até junho de 2008 o prazo para os municípios apresentarem seus planos diretores. Ele salientou ainda a aprovação do projeto (PLS 305/07) que reduz o fuso horário vigente no Acre e em parte do Amazonas.

Paim pede à Câmara rapidez no exame das propostas

Após a aprovação dos projetos que beneficiam aposentados e pensionistas, Paulo Paim (PT-RS) fez apelo para que os deputados os analisem com “atenção e sensibilidade”.

– Espero que a Câmara entenda o raciocínio que fizemos aqui, para que haja uma política de recuperação permanente dos benefícios, assim como teve o salário mínimo.

O senador pediu especial atenção ao projeto que trata do fim do fator previdenciário, cálculo que, instituído em 1999, leva em consideração, para concessão do benefício, a idade e o tempo de contribuição do segurado, além da expectativa média de sobrevivência para ambos os sexos, entre outras variáveis.

Segundo Paim, o fator previdenciário reduz em cerca de 40% as aposentadorias do Regime Geral da Previdência e prejudica principalmente os que recebem menos de dez salários mínimos. O parlamentar também comemorou a regulamentação da Emenda 29.

Extinção do fator previdenciário passa no Plenário

Os senadores aprovaram na noite de ontem, em regime de urgência, o projeto de lei (PLS 296/03) de Paulo Paim (PT-RS) que extingue o chamado fator previdenciário e modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social. A matéria vai à deliberação da Câmara dos Deputados.

Paim argumenta que o restabelecimento dos critérios anteriores de cálculo dos benefícios evitará que o governo utilize a Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas, em prejuízo dos contribuintes e beneficiários.

Pelo fator previdenciário, são considerados, na data de início do benefício, a idade e o tempo de contribuição do segurado, a expectativa média de sobrevivência para ambos os sexos e uma alíquota de 31%, que equivale à soma da alíquota básica de contribuição da empresa (20%) e da maior alíquota de contribuição do empregado (11%).

Na justificativa, Paulo Paim sustenta que, dependendo do grau de formalização do trabalhador e de sua evolução salarial, a ampliação gradativa do período básico de cálculo do benefício, com o fator previdenciário, acarreta perda tanto maior quanto maior for a ampliação.

Ordem do dia do Senado volta a ficar trancada

O Senado votou ontem três medidas provisórias que trancavam a pauta (MP 402/08, PLV 5/08 e PLV 6/08) e permitiu a votação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 121/07, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, de dois projetos (PLC 42/07 e PLS 296/03) que beneficiam os aposentados, além de outras matérias.

Ainda assim, a pauta voltou a ficar trancada por três outras medidas provisórias com prazo de tramitação esgotado, lidas à noite. O Projeto de Lei de Conversão 7/08 refere-se a benefícios de aposentadoria do trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual. Já a MP 405/07 abre crédito extraordinário de R\$ 5,4 bilhões em favor da Justiça Eleitoral e de órgãos do Executivo e a MP 406/07, de R\$ 1,2 bilhão para órgãos do Executivo.

Trabalho a distância pode ser reconhecido pela CLT

O trabalho realizado a distância passará a ser protegido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É o que determina projeto que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta (PLC 102/07), já aprovada pela Câmara dos Deputados, será ainda examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pelo Plenário.

Atualmente, segundo o artigo 6º da CLT, não há distinção entre o trabalho feito no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, “desde que seja caracterizada a relação de emprego”. O projeto inclui nesse dispositivo o serviço realizado a distância. O chamado

“teletrabalho” já é previsto nas leis de países como Portugal e Chile, segundo o relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Esse é o caminho do futuro, principalmente quando se percebe a situação dos engarrafamentos que existem nas grandes cidades – afirmou Cristovam.

O trabalho a distância, explicou o relator, favorece tanto empregados, pela possibilidade de escolherem o local onde executarão as tarefas, quanto empregadores, para quem poderá haver redução de custos. Segundo Cristovam, a aprovação do projeto não esgota a necessidade de atualização da CLT. O texto atual, disse, protege quem já está empregado, mas dificulta a obtenção de trabalho por quem está desempregado.



O trabalho realizado a distância passará a ser protegido pelas normas previstas na CLT

Usuário deve ser compensado se houver interrupção de serviço

Os usuários de telecomunicações, televisão a cabo e internet terão direito a compensação financeira nos casos de interrupção injustificada dos serviços. A medida está prevista em projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), aprovado pela CCT. Se não houver recurso da decisão, a proposta (PLS 591/07) está pronta para ser enviada à Câmara.

O projeto estabelece que a devolução do valor correspondente ao período de suspensão dos serviços deverá ocorrer em até 40 dias, em conta posterior,

independentemente de solicitação do usuário. Para isso, o projeto modifica a Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472/97), a Lei da Concessão do Serviço Público (8.987/95) e a Lei da TV a Cabo (8.977/95).

– O projeto aprofunda a proteção ao direito do consumidor e garante maior segurança jurídica aos consumidores – afirmou o relator, Flávio Arns (PT-PR). Crivella lembra que é crescente o número de queixas de usuários de serviços de telecomunicações, televisão a cabo e internet.

Proposta determina que, no caso de vacância, o suplente exercerá o mandato até a escolha de novo titular, na eleição seguinte, mesmo se tratando de pleito municipal

CCJ aprova novas regras para suplente de senador

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu ontem parecer favorável a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a eleição de um único suplente de senador. A iniciativa impede a candidatura, como suplente, de cônjuge ou parente do candidato a titular. Essas alterações dependem ainda de aprovação em dois turnos pelo Plenário do Senado e, posteriormente, pela Câmara.

De acordo com a proposta, na hipótese de vacância do cargo devido a cassação, renúncia ou morte, o suplente de senador assumirá até a eleição seguinte – mesmo que se trate de pleito municipal –, quando será escolhido novo titular. Porém, caso o senador se licenciar para se tornar ministro de Estado ou secretário estadual, o procedimento continuará como hoje: o suplente ocupará a cadeira até que o titular retorne, ou, se isso não ocorrer, até o final do mandato. Essa possibilidade foi



Iniciativa aprovada pela CCJ impede candidatura, como suplente, de cônjuge ou parente

criticada por alguns membros da comissão, entre eles Jefferson Péres (PDT-AM).

Ao acolher essas mudanças, a CCJ rejeitou as sugestões apresentadas em substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO), relator das sete PECs examinadas pela comissão, sobre o assunto. Demostenes propunha que o senador fosse substituído pelo candidato ao Senado mais votado depois dele, no estado. Além disso, na opinião do relator, um

senador não deveria preservar seu mandato caso decidisse assumir um ministério ou secretaria estadual. No entanto, para o relator, “as alterações aprovadas resolvem a maior parte dos problemas”.

A CCJ rejeitou proposta de Tasso Jereissati (PSDB-CE) para tornar suplente o deputado federal mais votado no estado, do mesmo partido. O objetivo seria dar ao suplente legitimidade obtida nas urnas sem mudar a composição de forças no Senado.

Estatuto da Advocacia vai prever a inviolabilidade

Projeto que garante a inviolabilidade do escritório do advogado e das prerrogativas do profissional de advocacia foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na prática, a matéria (PLC 36/06), que recebeu parecer favorável do relator, Valter Pereira (PMDB-MS), insere no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94) garantias asseguradas na Constituição aos profissionais do Direito. A proposta, já aprovada pela Câmara, foi, segundo o relator, elaborada em comum acordo com a OAB.

A comissão decidiu ainda solicitar, a pedido do senador Sibá Machado (PT-AC), a tramitação em conjunto de quatro projetos (PLSs 98/02, 503/03, 96/08 e 360/08) que tratam de novas regras de criação de municípios.

CCJ acolhe a recondução de Albuquerque para o CNMP

Por 18 votos a favor e 2 contrários, a Comissão de Justiça aprovou ontem a recondução, por mais dois anos, de Francisco Maurício Rabel de Albuquerque Silva para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A indicação, feita pela Câmara, vai ao exame do Plenário do Senado.

Na semana passada, o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou que Albuquerque revelou que, em seu primeiro mandato no conselho – período de 2005 a 2007 –, seu filho Eduardo da Fonte (PP-PE) fora eleito deputado federal.

Para Jefferson Péres, o fato deveria impedir a recondução ao cargo. É que a Resolução 7/05 do Senado veda a nomeação de parente de parlamentar para o conselho. Albuquerque argumentou ontem que a Constituição garante sua indicação.

Parlamentares criticam vetos presidenciais ao PPA

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), e líderes de bancada do colegiado reuniram-se ontem para discutir os vetos do presidente da República ao Plano Plurianual (PPA) 2008/2011. O documento estabelece os projetos e programas de médio prazo do governo, além de definir objeti-

vos e metas da ação pública para um período de quatro anos.

Levantamento realizado pelas consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados indicou os valores, em cada estado, que vão ter a execução comprometida no Orçamento de 2008 em função dos vetos no PPA. Entre emendas de deputados, de senadores e de bancada,

os cortes alcançaram os R\$ 2,7 bilhões.

Após a reunião, o senador Gim Argello (PTB-DF) relatou o descontentamento dos parlamentares com os cortes. Por sua vez, o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) afirmou que é apenas teórica a possibilidade de derrubada dos vetos pelo Congresso Nacional.



Mendes Ribeiro (C) e Gim Argello em reunião da Comissão Mista de Orçamento

Mudança de postura do Google, anunciada na reunião da CPI, já justifica criação da comissão, afirma Magno Malta



Magno Malta (ao centro): CPI promove o diálogo que pode levar a pacote anti-pedofilia

3.261 álbuns do Orkut suspeitos de pedofilia terão sigilo quebrado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia aprovou ontem requerimento de seu presidente, senador Magno Malta (PR-ES), para que o Google do Brasil abra o sigilo de 3.261 álbuns privados hospedados em seu site de relacionamento Orkut. Esses álbuns estão sob suspeita de conterem material pornográfico retratando crianças e adolescentes.

No Brasil desde 2004, a empresa tem se recusado a fornecer informações ao Ministério Público sobre usuários denunciados por pedofilia, conforme relatou ontem à CPI o procurador da República em São Paulo Sérgio Suiama.

Ao reconhecer os problemas,

Google pode adotar filtro para bloquear pornografia infantil

O diretor-presidente da Google no Brasil, Alexandre Hohagen, anunciou que a empresa poderá adotar, até junho, o uso de filtros para impedir a divulgação de fotos que contenham pornografia infantil, especialmente no Orkut.

Hohagen anunciou ainda que o Google manterá, por seis meses, o registro de computadores que divulgam ou acessam conteúdos ilícitos, além de notificar o fato às autoridades, fornecendo provas do que foi divulgado no provedor.

Na reunião, Thiago Tavares de Oliveira, presidente da ONG SafferNet Brasil, saudou a mudança de postura do Google, já que, em anos passados, faltava diálogo. Ele defendeu ainda o avanço da cooperação internacional sobre o tema.

o diretor-presidente do Google no Brasil, Alexandre Hohagen, acenou para uma mudança de postura da empresa e assumiu o compromisso de adotar, até junho, medidas para facilitar a identificação de pedófilos que utilizam o Orkut.

– A aprovação do requerimento já justifica a CPI. O Google era orientado pelos advogados a não entregar o sigilo. Agora, anunciou que cumprirá a legislação brasileira – disse Magno Malta.

Ele ressaltou que o colegiado deverá aprovar em breve um pacote legal anti-pedofilia, defendido também na reunião da CPI pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP).

90% das denúncias referem-se ao Orkut, afirma procurador

O procurador Sérgio Suiama afirmou que cerca de 90% das 56 mil denúncias de pedofilia na internet nos últimos dois anos referem-se ao Orkut. Para o procurador, a possibilidade de hospedagem de álbuns fechados, a partir de novembro de 2007, facilitou a ação dos pedófilos.

– O Orkut tornou o Brasil um distribuidor de pornografia infantil e o Google não parece se preocupar com isso – acusou.

Um terço dos 42 milhões de usuários brasileiros da internet tem de 10 a 15 anos de idade, o que, para Suiama, exige medidas para combater a pornografia. Ele defendeu ainda a adesão do Brasil à Convenção Internacional contra o Cibercrime, já ratificada por 50 países.

PMDB já escolheu seus nomes para CPI do Senado

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (PMDB-RO), já definiu os nomes que o partido indicará para a CPI dos Cartões Corporativos do Senado. Como o partido deverá ficar com a Presidência, Raupp vai oferecer o cargo a Romero Jucá (RR), “se ele quiser”. Os titulares da CPI pelo PMDB serão Gilvam Borges (AP), Jucá e o próprio Raupp e os suplentes serão Almeida Lima (SE), Leomar Quintanilha (TO) e Wellington Salgado (MG).

Jucá destacou que a base governista vai marcar posição e fazer valer a sua maioria numérica para indicar o presidente e o relator da CPI.

– Marcar posição significa não deixar haver exploração política. Teremos oito membros da base do governo e três da oposição. Portanto, a maioria deve indicar o presidente e o relator – afirmou.

Segundo Jucá, a indicação dos membros da CPI não sofrerá ingerência do governo, mas o entendimento das lideranças partidárias. Ele acredita que, na próxima semana, todos os indicados pela base governista estarão definidos, bem como o entendimento para a presidência e a relatoria da CPI.

O senador ainda classificou como “mais uma manobra política da oposição” a disposição anunciada de levar à apreciação do Plenário do Senado os requerimentos importantes que não forem aprovados na CPI. Na avaliação dele, não cabe recurso ao Plenário e a “manobra” é desgastante apenas para o Congresso e não para o governo.

– Essa tentativa de manobra política não dará em nada. O governo não vai entrar nessa disputa eleitoral com a oposição – concluiu.



Presidência da CPI será oferecida a Romero Jucá pelo líder do PMDB



Ex-ministra confundiu cartões e recebeu a solidariedade de diversos parlamentares

Matilde assume enganos e nega má-fé no uso de cartão corporativo

A ex-ministra da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro afirmou à CPI Mista dos Cartões Corporativos que, sem má-fé, cometeu enganos no uso dos cartões e que, por orientação da Controladoria Geral da União (CGU), devolveu R\$ 2.815,35 aos cofres públicos.

– Com isso, considero que me coloquei quite com a administração pública. Em nenhum momento usei o cartão para fim pessoal ou de outrem – disse Matilde Ribeiro.

Ela garantiu que a secretaria que ocupou definiu que os cartões só seriam usados no pagamento de

locação de veículos, hospedagem e alimentação em viagens. A depoente explicou ainda que decidiu pedir demissão para não deixar que os questionamentos atrapalhassem o órgão.

O pagamento de compra em um *free shop* foi, segundo ela, um fato isolado, pois confundiu o cartão corporativo com o pessoal. No fim do ano, foi notificada do erro e que deveria devolver o dinheiro.

Sobre os R\$ 127 mil pagos à locadora de carros Localiza com o cartão, a ex-ministra disse que é comum que autoridades aluguem veículos fora de Brasília.

Diretor da Abin defende sigilo de gastos do órgão

Em depoimento à CPI Mista dos Cartões Corporativos, ontem, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, defendeu a manutenção do sigilo de gastos com cartões para a segurança da Presidência.

– Os profissionais que trabalham na segurança do presidente têm que ser protegidos – afirmou.

Lacerda explicou que apenas 16,9% dos gastos da Abin são considerados sigilosos e que são auditados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Controle Interno. Para ele, essas despesas do órgão não podem ser públicas para garantir a confiabilidade do trabalho e pôr em risco informações de interesse de Estado, especialmente relacionadas ao combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas.

– Trabalhamos com a absoluta reserva do nome de colaboradores e de fontes habituais – garantiu.



Simon: sociedade está atônita ao ver que “nada avança” nas investigações

Simon lamenta contaminação política das CPIs

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que as investigações das CPIs em funcionamento estão contaminadas de conteúdo político por conta dos embates entre governo e oposição.

– O que se observa é que nada avança, nada se aprofunda, e a sociedade fica mais uma vez atônita quanto à inércia deste grande poder que possui uma CPI para o combate à ilegalidade – clamou.

Mão Santa critica “cacarejar” e pede mais ação

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que 221 mulheres lhe enviaram mensagens eletrônicas de apoio, defendendo a expressão “galinha cacarejadora”, usada por ele para criticar a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Mão Santa afirmou ontem que as remetentes acreditam que sua frase foi distorcida e não continha discriminação de gênero, mas uma “analogia entre as táticas de propaganda do governo Luiz Inácio e aquelas utilizadas pelo nazismo”.

– Luiz Inácio, vamos acabar o cacarejar. Vamos cuidar da dengue. Vamos acabar com o sofrimento das mães, com os filhos vítimas das enchentes. Vamos, sim, visitar os alagados do meu Nordeste, do meu Piauí – declarou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou o discurso e pediu que a governadora Ana Júlia Carepa peça ao presidente Lula a inclusão do Pará na medida provisória que ajuda os estados atingidos pelas cheias.

Osmar adverte que pode faltar farinha de trigo

Pode faltar farinha de trigo no país a partir de junho, advertiu ontem o senador Osmar Dias (PDT-PR). O desabastecimento, afirmou, será decorrente da crise agrícola na Argentina, que exporta trigo para o Brasil. Ele mencionou distorções na taxaço do grão brasileiro. E lamentou o fato de um projeto, de sua autoria, que prevê a redução a 7% da alíquota de ICMS nas operações interestaduais com o produto ainda não ter sido votado no Plenário.

– Estamos dependentes porque não há uma política de incentivo aos produtores nacionais. O Brasil importa oito dos 10 milhões de toneladas de trigo que consome. Isso não dá mais para continuar – criticou.

Osmar Dias observou que os baixos estoques já elevaram o preço do trigo em 21%, provocando reajuste de 15% do pãozinho. E pediu que a responsabilidade desses aumentos não seja repassada aos moinhos e às panificadoras.



Expedito Parente (E), Eurípedes, João Tenório, Neuto de Conto, Anete Pereira e José Olivério

Inventor do biodiesel defende a diversificação de matérias-primas

Em audiência na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, o inventor do processo de produção industrial do biodiesel, o engenheiro químico cearense Expedito Parente, defendeu a diversificação das matérias-primas para a obtenção do combustível. Ele lamentou que haja predomínio do uso da soja em relação a culturas como dendê e mamona.

O chefe-adjunto de Comunicação e Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), José Eurípedes da Silva, disse que a soja é a matéria-prima produzida em maior escala e é facilmente obtida pelos produtores de biodiesel.

Enquanto são produzidos 56 milhões de toneladas de soja por ano, a produção de dendê é de apenas 151 mil toneladas, informou Eurípedes. Ele disse que, embora o dendê tenha grande rendimento, não há produção em escala comparável à da soja.

Em resposta ao senador Mão Santa

(PMDB-PI), Expedito Parente disse que a mamona está sendo vendida a, no máximo, R\$ 0,50 o quilo, valor que precisa dobrar para o produto ser rentável. O objetivo do programa do biodiesel, segundo o cientista, não é apenas substituir o óleo diesel, mas promover a inclusão social das regiões agrícolas pobres do país, como Norte e Nordeste.

O presidente da subcomissão, senador João Tenório (PSDB-AL), informou que participou da Conferência Internacional de Energia Renovável de Washington, nos Estados Unidos. Conforme observou, o mundo inteiro discute a produção de energias renováveis.

A coordenadora do projeto de Desenvolvimento de Marcadores Moleculares em Cana-de-Açúcar, Anete Pereira de Souza, falou sobre o projeto do primeiro mapa funcional do produto. O trabalho mostra os genes responsáveis por uma maior produtividade de açúcar.

CAS aprova a consolidação das leis sanitárias federais

Segundo Augusto Botelho, objetivo é facilitar a interpretação dos textos legais pelos conselhos de saúde. Comissão também decidiu realizar três audiências

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC) que consolida a legislação sanitária federal. O substitutivo apresentado pelo relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), segue para votação em Plenário.

Para acelerar a tramitação da matéria (PLS 619/07), a CAS acolheu requerimento de urgência do senador Romeu Tuma (PTB-SP). Ele assinalou que a proposta foi aprovada no momento em que o Senado celebra o Dia Mundial da Saúde.

Conforme o relator, a proposta compõe-se de nove livros que consolidam toda a legislação sanitária. Embora não crie novas leis, descarta aquelas que já perderam validade.

Augusto Botelho disse que o objetivo da proposição é facilitar a leitura e interpretação das leis sanitárias, auxiliando no controle exercido pelos conselhos de saúde.

Na presidência da reunião, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) cobrou do Congres-



Rosalba (E) preside reunião da CAS, que deu voto favorável ao projeto de Tião Viana

so a votação de projeto de lei (PLS 121/07 – Complementar) apresentado por Tião Viana para regulamentar a Emenda Constitucional 29, que assegura mais verbas para a saúde pública.

A CAS aprovou também substitutivo do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) a projeto (PLS 300/04) do senador Paulo Paim (PT-RS) que inclui a fibrose cística entre as doenças que garantem isenção do Imposto de Renda a seus portadores.

Pelo substitutivo, o limite de idade para gozo da isenção parcial do Imposto de Renda sobre rendimentos de aposentadoria e pensão fica reduzido para 60 anos. A proposta segue agora

para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Audiências públicas

A CAS também acolheu três requerimentos de audiências públicas. O primeiro, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), pretende debater as ações e os métodos de combate à epidemia de dengue no Rio de Janeiro. O segundo requerimento, de Paulo Paim, propõe discutir o mercado informal, a participação dos salários na formação da renda nacional e a nova estrutura sindical.

Patrícia Saboya (PDT-CE) é autora do terceiro requerimento, para analisar os dez anos de promulgação da lei que criou os planos de saúde privados.

Delcidio explica termo usado em entrevista

Entrevista concedida ao site *O Globo Online*, no início da semana, levou o senador Delcidio Amaral (PT-MS) a esclarecer aos colegas que, ao usar o termo “descontrolados”, não se referiu a nenhum senador em especial. Ele explicou ontem que usava esse termo quando era executivo, para falar da dificuldade de controlar empresas subsidiárias de uma *holding*.

Delcidio se referia, na entrevista, à convocação da ministra-chefe da Casa

Civil, Dilma Rousseff, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

– A interpretação para a palavra é muito mais na linha que os senadores Mesquita Júnior [PMDB-AC] e Expedito Júnior [PR-RO] se posicionaram, no sentido de suas posturas independentes – disse.

Antes, Mesquita Júnior e Expedito Júnior haviam cobrado explicações, salientando, ambos, a independência política com que se pautam no Senado.

Suplicy recomenda livro de Eugênio Bucci

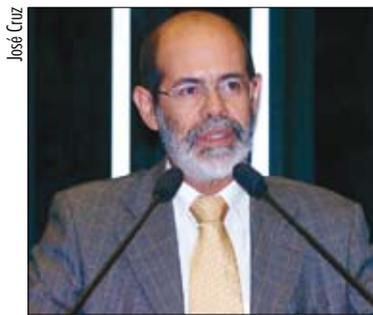
Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ontem a leitura do livro *Em Brasília, 19 horas: A guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*, do ex-presidente da Radiobrás Eugênio Bucci.

O senador disse que a obra retrata momentos de tensão do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando Bucci teria procurado colocar em prática os princípios do direito à informação.

O livro, afirmou, enumera os “pecados capitais do pensamento autoritário”, como o “esquecimento proposital”, a “futricia instrumental”, o “ódio à imprensa” e a “arrogância sem substância”, entre outros.

Ingrid Betancourt

Suplicy apoiou ainda requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) propondo que o Senado faça apelo em prol da libertação de Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farce) em 2002.



Mesquita Júnior: Parlamento do Mercosul ajudará a divulgar o bloco econômico

Mesquita Júnior registra os 17 anos do Mercosul

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), registrou os 17 anos de criação do bloco econômico Mercado Comum do Sul (Mercosul), ocorrida em 26 de março de 1991, quando Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai firmaram o Tratado de Assunção.

Em sua avaliação, o bloco é pouco conhecido, mas, com a criação do Parlamento do Mercosul, os temas que antes eram discutidos em gabinetes passarão aos poucos a ser debatidos nas ruas, contribuindo para o fortalecimento do pluralismo político e da democracia representativa.

Valter Pereira pede agilidade na decisão sobre células-tronco

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) cobrou do Supremo Tribunal Federal pressa no julgamento da ação movida pelo ex-procurador-geral da República Cláudio Fontelles contra dispositivo da Lei de Biossegurança (11.105/05) que permite a pesquisa com células-tronco embrionárias.

O parlamentar alertou para a expectativa de grande número de famílias brasileiras quanto ao julgamento, lembrando que a decisão foi adiada após o ministro Carlos Alberto Menezes Direito ter pedido vista do processo. Valter Pereira se disse confiante na presteza do parecer do ministro do Supremo.



Valter Pereira ressalta a expectativa de famílias quanto ao resultado do processo

Senador afirma que Fernando Haddad prometeu empenhar-se pela aprovação da proposta do Senado na Câmara dos Deputados e pela implementação da futura lei

Ministro apóia aulas de música na educação básica, diz Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou em Plenário o apoio do ministro da Educação, Fernando Haddad, ao projeto de lei de Roseana Sarney (PMDB-MA) que torna obrigatório o ensino de música na educação básica. Ele esteve com o ministro na terça-feira, acompanhado de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Romeu Tuma (PTB-SP), além de cantores, maestros e professores de música.

O projeto (PLS 330/06) foi aprovado em dezembro do ano passado, em decisão terminativa, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) – presidida por Cristovam –, tendo como relatora Marisa Serrano (PSDB-MS), vice-presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro,



Cristovam: música pode revolucionar educação no país

Música e Comunicação Social. Na Câmara, a matéria está sendo relatada pelo deputado Frank Aguiar, também cantor.

Cristovam disse que a música não só alegra a escola e os professores, como também facilita o aprendizado. Para ele, trata-se de uma atividade capaz de revolucionar a educação.

O parlamentar salientou que

Haddad prometeu se empenhar pela aprovação da proposta na Câmara e pela implementação da futura lei. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) manifestou apoio à iniciativa.

UnB

Cristovam informou ainda ter sugerido ao reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, pedir licença por um ou dois meses,

visando facilitar as negociações com estudantes que ocupam a reitoria. Os alunos pedem a saída dele alegando que a Finatec usou verbas de pesquisa para decorar apartamento ocupado por Mulholland. Aparteando, Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que uma comissão de senadores levasse a proposta ao reitor, o que foi aceito por Cristovam.

Ideli: primeiros alunos do ProUni recebem diploma

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), festejou em discurso a diplomação, neste ano, dos primeiros 60 mil alunos que estudam em faculdades privadas graças a bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni), implantado pelo governo Lula.

A senadora considerou “da maior importância” o voto do ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, em ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) que questionavam o ProUni. Ele votou contra as ações apresentadas pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Cofenen) e pelo partido Democratas, e outras entidades.



Ideli destaca voto de ministro do STF contra a Adin que questionava programa



Kátia Abreu manifesta apoio à família da franco-colombiana seqüestrada

Kátia Abreu quer voto em favor de Ingrid Betancourt

Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou requerimento com voto de apelo pela libertação da ex-candidata à Presidência da Colômbia Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A senadora manifestou apoio à família de Ingrid e solicitou que o voto seja levado ao conhecimento do Ministério das Relações Exteriores brasileiro e ao presidente da Colômbia, Alvaro Uribe. E lembrou que o estado de saúde de Ingrid Betancourt é delicado, pois estaria sofrendo de hepatite B e leishmaniose. E solicitou às senadoras que manifestassem apoio à franco-colombiana.

Fátima Cleide: empresários apóiam proteção a floresta

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) informou à Casa que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, recebeu apoio de empresários dos setores madeireiro e agropecuário de Rondônia à operação de combate ao desmatamento denominada Arco de Fogo. Em documentos também assinados por parlamentares do estado, os empresários teriam concordado com o embargo a centenas de empreendimentos agropecuários e madeireiros em 36 municípios da região. A senadora acrescentou que os empresários ofereceram propostas que confirmam os objetivos da operação Arco de Fogo em direção ao “desmatamento zero”.



Produtores concordam com operação contra desmatamento, diz Fátima Cleide



César Borges lembra iniciativa adotada na Bahia pelo então governador ACM

Saneamento pode combater doenças, afirma César Borges

O Brasil precisa investir mais em saneamento básico, como forma de impedir a proliferação de doenças como a dengue. A afirmação foi feita por César Borges (PR-BA), ao comentar matéria do *Jornal Nacional*, da TV Globo, que aponta a falta de acesso aos serviços de saneamento como um dos fatores que contribuíram para a epidemia da doença no Rio de Janeiro.

Secretário de Saneamento do estado da Bahia no governo Antonio Carlos Magalhães, ele lembrou iniciativa em Salvador que reduziu em 48% a mortalidade infantil decorrente de doenças infecciosas e parasitárias por veiculação hídrica.